

A OCUPAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA E AS REDES DE DESENVOLVIMENTO NA CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO SUDOESTE PARANAENSE

Leomar Rippel

Graduação e Mestrado em História. Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável. Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professor da Faculdade Direito de Francisco Beltrão – CESUL, professor substituto da Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS e professor visitante na Institución Universitaria Antonio José Camacho-UNIAJC em Cali-Colômbia.
E-mail: leomarrappel@hotmail.com

Adilson Francelino Alves

Graduação em Ciências Sociais. Mestrado em Sociologia. Doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: adilsonfalves@gmail.com

Clério Plein

Graduação em Economia Doméstica. Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: cleriolein@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo consiste em fazer uma análise histórica da ocupação da região Sudoeste do Estado do Paraná, enfatizando sua organização produtiva e estrutura fundiária. O método consiste na revisão da literatura produzida sobre tais processos com utilização de dados secundários. Os resultados demonstram o processo de constituição das várias redes curtas e longas de comercialização da economia cabocla, tais como erva-mate, suínos e muares. Posteriormente, ocorre a ocupação oficial do território, numa declarada estratégia geopolítica, marcada pela luta e consolidação dos interesses dos posseiros na constituição da estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná.

Palavras-chave: História. Organização Produtiva. Sudoeste do Paraná.

Abstract

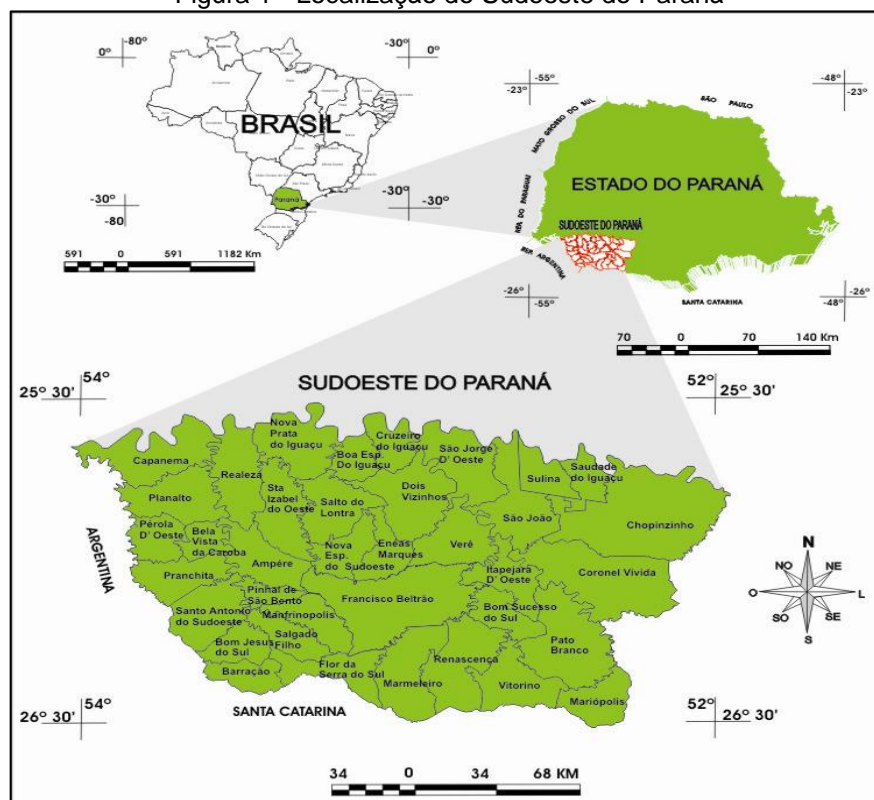
The objective of this article is to make a historical analysis of the occupation of the Southwest region of the State of Paraná, emphasizing its organization and foundry structure. The method consists in reviewing the literature produced on such processes with the use of secondary data. The results demonstrate the process of constitution of the several networks and lengths of commercialization of the cabocla economy, such as yerba mate, pigs and mules. Subsequently, there is an official occupation of the territory, a state strategy, a strategy for the struggle and consolidation of squatters' interests in the constitution of the land structure of the Southwest of Paraná.

Keywords: History. Productive Organization. Southwest of Paraná.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é compreender que a estrutura fundiária e a organização produtiva do Sudoeste do Paraná (Figura 01) são resultado do processo histórico geográfico de ocupação da região. Por isso, acreditamos ser importante realizarmos uma reflexão em torno do processo de ocupação extensiva desde o final do século XIX até final do século XX, enfatizando as primeiras redes de comercialização. A seguir, faremos uma análise sobre a ocupação intensiva, promovida pelo governo federal, a partir de 1943, como forma estratégica de ocupar a região. Por último, traremos uma breve reflexão acerca da consolidação da estrutura fundiária no Sudoeste do Paraná, resultante dos elementos elencados anteriormente.

Figura 1 - Localização do Sudoeste do Paraná



Fonte: Mondardo (2008, p. 2).

Ao tentarmos fazer uma análise dos primeiros habitantes da região Sudoeste paranaense, enfrentamos algumas dificuldades, de modo que a “documentação escrita reduz-se a alguns poucos relatórios de viagem e anotações dos comandantes das colônias militares fundadas na região durante o século XIX” (ABRAMOVAY, 1981, p. 19). No que se referem aos povos indígenas, tais fontes documentais são mais escassas ainda. Sendo assim, não temos condições de problematizar de forma satisfatória a presença desses povos na região, porém faremos algumas considerações, de forma relativizada, a respeito de sua presença.

Apesar de reconhecermos que os estudos acerca da presença e das atividades econômicas dos caboclos na região carecem de mais análise, as produções as quais tivemos acesso facilitaram uma melhor compreensão destes últimos em detrimento dos primeiros. Dessa forma, embora, problematizemos em alguns momentos os povos indígenas

nossa atenção maior será em torno dos caboclos¹ e suas redes de mercantilização até meados do século XX.

2 OS PRIMEIROS HABITANTES DA REGIÃO SUDOESTE PARANAENSE: INDÍGENAS E CABOCLOS

É notório que o Sudoeste paranaense é uma das mais novas, ou a mais nova, regiões agrícolas do estado do Paraná. Sua característica principal é a estrutura fundiária pautada na pequena propriedade rural, resultado de seu processo de ocupação histórico e geográfico. Também se caracteriza “por ser uma região ‘colonial’, isto é, povoada por agricultores gaúchos e catarinenses, descendentes de imigrantes italianos e alemães, que se dedicam à policultura em pequenas propriedades rurais” (CORRÊA, 2014, p. 237). Essa característica, entretanto, é muito recente.

Segundo Gomes, o processo de ocupação do Sudoeste do Paraná ocorreu em duas fases, uma anterior a 1940 e outra posterior a criação da Colônia Agrícola Nacional General Ozório (CANGO)². A primeira fase, denominada pela autora de ocupação extensiva, configurava-se por uma “economia cabocla”, voltada basicamente para a exploração da erva-mate, da madeira e da criação de suínos, e a segunda fase, denominada ocupação intensiva, refere-se ao intenso processo de ocupação da região, intensificando-se na década seguinte com os migrantes sulistas (GOMES, 1987, p. 15). Já para Corrêa:

A partir de 1940-1945, sobretudo entre 1950 e 1960, a região seria rápida e intensamente povoada pelos colonos, desaparecendo o título de ‘sertão’ que até então lhe conferiam: em 1940 a densidade demográfica regional era de apenas 2 habitantes por quilômetro quadrado, quinze vezes menor que a estimada para 1967 (CORRÊA, 2014, p. 237).

O Sudoeste paranaense vinha sendo povoado por nativos antes mesmo de 1500, também muitos castelhanos vieram para a região em busca da erva-mate, nesse sentido, segundo o autor, “pode-se afirmar que o povoamento efetivo ocorreu a partir de 1943, com a criação da CANGO” (LAZIER, 1998, p. 38), talvez por não ser o mote central de seu estudo, Lazier não se aprofunda na análise dos primeiros habitantes da região Sudoeste. De acordo com Ribeiro (1982, p. 10):

Esses índios que viviam em recesso nas matas, em São Paulo, Paraná e Santa Catarina eram conhecidos como Guainá, Bugres ou Botocudos, de língua Kaingang. Alguns deles habitavam a orla das matas, haviam sido subjugados pelos criadores de gado vindos do sul e sobreviviam nos capões de mata, desde os campos de Guarapuava, Ivaí, e Palmas até o Rio Grande do Sul.

¹ De acordo com Maestri o “nativo semi-aculturado foi denominado de caboclo, termo derivado do vocabulário tupi-guarani *kanriuoka*. Com o passar dos anos, o termo caboclo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência. Portanto, de denominação étnico produtiva, a designação passou a descrever essencialmente a realidade sócio produtiva, mesmo se mantendo subjacente ao termo a compreensão de que se trate de cidadão de origem *crioulla*. Mesmo quando o caboclo descende de um imigrante europeu” (MAESTRI, 2005, p. 232).

² A CANGO foi criada em 1943 com objetivo de instalar na região famílias de agricultores provenientes principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Vale ressaltar ainda que os primeiros ocupantes da região Sudoeste do Paraná, além dos povos indígenas, eram os caboclos, que faziam parte da população local desde o fim do século XIX.

Segundo Boneti (1998), os primeiros caboclos habitantes da região eram foragidos da justiça, farrapos remanescentes da “Revolução” Farroupilha e outros provenientes da Guerra do Contestado. Abramovay (1981), ao referir-se em específico ao Sudoeste do Paraná, afirma que os caboclos, que iniciaram o povoamento, eram provenientes de vários pontos distintos, dentre os quais: das fazendas de gado da região dos Campos de Palmas (PR), pois a mão de obra empregada nas fazendas era relativamente escassa, não absorviam o crescimento vegetativo da população; outros eram originários do estado do Rio Grande do Sul; e uma terceira parcela era oriunda da região onde ocorreu a Guerra do Contestado (ABRAMOVAY, 1981, p. 20-21).

Outro fluxo migratório que se deu na região, a partir do final do século XIX, foi ocasionado pela “Revolução” Federalista, consistindo na principal responsável pela migração de “centenas de paranaenses, catarinenses e, sobretudo gaúchos que espalharam-se pela região e nos territórios limítrofes da Argentina” (BONETI, 1998 p. 57). Possivelmente os caboclos oriundos das regiões acima citadas:

[...] já se encontravam num processo de exclusão econômica e social ocasionada pela inserção dos imigrantes europeus. O processo de capitalização da terra pelo migrante sulista e a sua forma de apropriação utilitária foram um dos principais agentes motivadores para o conseqüente processo de exclusão social deste grupo étnico. Se por um lado, a racionalidade econômica/cultural do colono de descendência europeia efetivou a ocupação colonizadora na Região Sudoeste do Paraná, por outro, contribuiu sobre maneira para a exclusão do caboclo (RIPPEL, 2012, p. 23).

Além dos caboclos, que ocupavam o Sudoeste paranaense, eram argentinos e paraguaios que penetravam a região visando à extração da erva-mate. Esses se localizavam, “sobretudo junto à fronteira argentina, onde chegaram a constituir, em 1920, cerca de 25% da população local, e 10% de toda a população regional (em 1940, com a diminuição da extração da erva-mate, essa população tinha diminuído absolutamente, representando menos de 1% da população regional)” (CORRÊA, 2014, p. 240).

Em vista disso, o “distante” Sudoeste do Paraná, por ser uma região um tanto quanto distante dos centros de decisões políticas e econômica do estado e por consequência do Brasil, começa a despertar a atenção de um projeto político de ocupação somente a partir de meados do século XX. Antes da vinda dos colonos oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, era habitada por uma população de origem indígena e cabocla, que se dedicava a algumas atividades extensivas, como será visto no próximo tópico.

3 AS REDES CURTAS E LONGAS DE COMERCIALIZAÇÃO CABOCLA NO SUDOESTE DO PARANÁ

Muitas vezes nos estudos regionais, principalmente a partir de 1970, tenta-se mostrar que a região Sudoeste paranaense antes da migração proveniente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de meados do século XX, era um imenso vazio demográfico ou “terras de ninguém”. Tais estudos tentam construir/forjar um imaginário social de que o Sudoeste do Paraná começou a existir somente a partir da segunda fase de ocupação regional, ou seja, a partir de 1940. Diante disso, as múltiplas contribuições do indígena e dos caboclos para a região são silenciadas,

nesse sentido, ressaltar o legado cultural dos imigrantes descendentes principalmente de italianos, alemães e poloneses na formação social regional não significa dizer que nada sobrou das outras etnias. “Entretanto, o legado cultural do índio e do caboclo foi limitado/silenciado, pelo fato de ser preciso enquadrá-lo num contexto social, em que o colonizador euro-descendente ditava normas e impunha seus valores” (RIPPEL, 2012, p. 77).

Em virtude disso, passaremos a analisar a racionalidade econômica cabocla e suas redes de comercialização. Apesar de a economia cabocla ser essencialmente para o sustento familiar, caracterizada como economia de subsistência, os caboclos mantinham relações comerciais com outras regiões³. De acordo com Boneti (2009, p. 110), “O caboclo, no período que antecedeu a vinda dos migrantes gaúchos e catarinenses, dedicou-se a três tipos de atividades econômicas: extrativismo da erva-mate, a comercialização do couro de animais silvestres e a criação de suínos no mato”.

De acordo com Lazier (1998, p. 31), outros produtos também eram comercializados com outros centros, tais como “charque, farinha de biju, toucinho, porco e compravam sal, açúcar, querosene, pólvora, chumbo, caixas de bala, tecidos”. Corrêa (2014, p. 245) também afirma que “os bens de consumo com que geralmente se pagava o mate – açúcar, sal tecidos, ferragens, bebidas, querosene etc. – eram distribuídos pelas empresas argentinas e de União da Vitória, passando pela cadeia de intermediários constituída de luso-brasileiros”. Desse modo, “Constata-se que os caboclos estabeleceram com a Argentina, através de picadas, a primeira relação com o mundo externo” (BONETI, 2009, p.110).

Portanto, pensar que o Sudoeste do Paraná começou a comercializar com o mundo externo/redes longas somente a partir de meados do século XX é no mínimo equivocado, uma vez que os caboclos já mantinham tais relações, anteriores a esse período. Da mesma forma, pensar que o caboclo praticava uma agricultura exclusivamente de subsistência também é errônea, uma vez que, as relações comerciais entre os mesmos gerou uma pequena capitalização de alguns desses.

3.1 A PRODUÇÃO EXTENSIVA DE ERVA-MATE E SUAS REDES DE COMERCIALIZAÇÃO

É importante salientar que a produção cabocla do Sudoeste do Paraná não era apenas para suprir as necessidades básicas, assim como não estavam ligados apenas a comércios intermediários locais. As principais atividades econômicas caboclas eram a extração de erva-mate, a produção de suínos e, em menor proporção, caça e coleta, assim como a criação bovina e de muares. Vale ressaltar que por se tratar de uma produção extensiva, a baixa densidade demográfica é uma das características marcantes do Sudoeste paranaense até meados do século XX. Há indícios que no início do século XX a população de Clevelândia, único município da região e com um território vastíssimo (quase a totalidade do Sudoeste), era de aproximadamente 3.000 habitantes e se tratava “portanto, de um vazio demográfico, onde se destacava como área ocupada aquela Colônia Militar do Chopim no atual

³ A região pode ser compreendida como uma invenção, a partir de alguns interesses em jogo, de acordo com Mondardo a “Região, portanto, é uma invenção enquanto representação do espaço produzida através de determinadas relações de poder e de saber a elas correspondente, a elas criadas com a intencionalidade de dotar o espaço de significados, de valores, conteúdos, enfim, de função política” (MONDARDO, 2009, p. 165).

município de Chopinzinho, instalada apenas em 1882” (CORRÊA, 2014, p. 238). De acordo com Alves *et al.* (2004, p. 150-151):

Os territórios oeste e Sudoeste do Paraná, onde se efetivaram as últimas políticas de povoamento, começaram a ser ocupados, de forma incipiente, entre 1900 e 1920, principalmente a partir do fluxo migratório de famílias provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Estes territórios chamavam a atenção pelas suas atividades extrativistas: coleta de mate e corte de madeira, e, especialmente, pela abundância de terras não ocupadas efetivamente. Estes lugares eram até então praticamente desconhecidos no país em virtude das características naturais e da falta de estradas que ligassem-nos a outro do Estado, acarretando pouco dinamismo no seu desenvolvimento econômico.

Uma das atividades econômicas de maior expressão da região foi a extração de erva-mate, uma vez que o Paraná, em 1930, já era o principal exportador de mate do país. Segundo Corrêa, essa população vislumbrava na região uma oportunidade de começar vida nova, tendo em vista que a região, que até fins do século XIX “não despertara nenhum interesse econômico, possuía-os agora, graças à extração da erva-mate e porcos” (CORRÊA, 2014, p. 240). Para o mesmo autor,

A partir da segunda metade do século XIX as exportações brasileiras de erva-mate começaram a crescer e o Paraná em breve passou a ser o principal Estado exportador. De uma exportação inferior a 5.000 toneladas em 1855, o Paraná em 1903-1924 passaria a exportar já cerca de 32.000 toneladas e em 1923-1924 cerca de 60.000 toneladas, correspondendo as 75% das exportações brasileiras de mate. (CORRÊA, 2014, p. 240).

Com a extração do mate, verifica-se uma relação cada vez maior das redes de comercialização de maior alcance, uma vez que a erva-mate era colhida nos meses de maio a outubro, quando os caboclos com suas famílias adentravam nos ervais nativos, ampliando a sua mão de obra com a contratação de argentinos e paraguaios. Próximo à fronteira, estabeleceram-se alguns comércios intermediários argentinos que compravam o mate e que inclusive “chegaram a possuir terras ricas em ervais, em território brasileiro, como é o caso da mais importante delas, a Pastoriza, que conseguiu reunir, já na década de 30, mais de 35.000 hectares” (CORRÊA, 2014, p. 244-245). Os caboclos, portanto, já estavam inseridos de forma direta e indireta nas redes longas e curtas de comercialização.

Essas negociações davam-se pela circulação de produtos diversos, que eram transportados pelos muares, por picadas abertas na mata até Barracão ou União da Vitória. O fato é que para chegar à União da Vitória enfrentava-se uma longa jornada composta por quase toda a extensão do atual estado do Paraná, enquanto a proximidade com a República Argentina facilitava as relações com o povo vizinho, fazendo com que as movimentações migratórias, nessa faixa de fronteira, ocorressem em maior proporção do que com os brasileiros.

3.2 OS SAFRISTAS E SUAS REDES DE COMERCIALIZAÇÃO

A criação de porcos na região é uma atividade tão remota quanto à produção de erva-mate, tal atividade realizada nos períodos de “entressafra” se destinava primeiramente a suprir as necessidades básicas, ao consumo local, e o excedente era comercializado com o mercado externo, com a região. Nesse sentido, Corrêa afirma que:

[...] criação de porcos no Sudoeste paranaense é seguramente uma atividade tão antiga quanto a extração de mate. [...] visava o consumo local de banha e toucinho, como ocorria na zona fronteira [...], ou ainda à

exportação, como ocorria nas proximidades de Chopinzinho, Vitorino, Marmeleiro e Pato Branco. Essa atividade deveria ser, depois da extração do mate, a atividade mais importante, pois já em 1920 [...], no então município de Clevelândia, o rebanho suíno atingia cerca de 12.000 cabeças, e a lavoura de milho que fornecia parte da alimentação dos suínos ocupava mais de 90% da pequena área total de lavouras. Com a decadência da extração de mate, a criação de porcos passaria a ser a principal atividade regional. (CORRÊA, 2014, p. 246).

Ainda segundo Corrêa (2014), inicialmente a criação de porcos era mais rudimentar possível, uma vez que, na criação do “porco alçado”, os animais alimentavam-se daquilo que a natureza fornecia, principalmente frutos silvestres que caíam ao chão, entre os quais o pinhão era o principal alimento. Nesse sistema, o único alimento que o suíno recebia era o sal, sendo que, “[...] os porcos eram criados até atingirem algumas dezenas de quilos, quando então eram vendidos aos ‘safristas’ que os engordavam, ou, atingido certo tamanho, eram vendidos aos compradores localizados em União da Vitória” (CORRÊA, 2014, p. 246-247).

Podemos constatar que, assim como ocorria na comercialização do mate, os caboclos também mantinham uma relação comercial em redes curtas com o excedente produzido. Portanto, é um equívoco pensar que a racionalidade econômica dessa população era unicamente/exclusivamente de subsistência, inclusive já existia uma relação de exploração e de submissão em relação ao capital, de uns sobre os outros.

A etapa subsequente da produção de suínos é o sistema de “safra”, o “safrista, graças ao seu capital disponível, de seu vizinho adquiria porcos magros e os juntava para engordar. No final da engorda, transportavam-se a pé, pelas picadas na mata, os ‘enxotando” (BONETI, 1998, p. 103). Para Corrêa (2014, p. 247) o:

[...] ‘safrista’, com seus familiares ou com pessoal contratado, embrenhava-se na mata onde abria uma clareira com 10, 25, 50 ou mesmo mais de 100 hectares, aí plantando o milho a partir de agosto. Em meados do ano seguinte os porcos eram soltos no milharal sendo parcialmente engordados. Eram então tocados a pé até União da Vitória, Guarapuava, Ponta Grossa, Castro e Jaguariaíva, onde eram negociados nos açougues, com comerciantes, ou com os compradores dos frigoríficos ou então vendidos a outros ‘safristas’ que acabavam de os engordar [...]. Assim, numa região longínqua e desprovida de transporte mecânico, os ‘safristas’ locais realizavam apenas uma meia engorda dos porcos, vendendo-os barato fora da região, ou então, numa outra opção, os vendiam a alguns colonos que os transformavam em banha e derivados, que eram levados em carroça até União da Vitória.

É importante percebermos, nessa segunda etapa de produção de porcos, conhecida como “safra”, que as relações e as redes comerciais estavam mais complexas e mais longas, pois notamos que aumenta a divisão social do trabalho e a escala, ao mesmo tempo em que começa a haver um processo de transformação na região, bem como a possibilidade de comercializar com açougues e frigoríficos que começam a se instalar na região dos Campos Gerais e próximo a São Paulo. Com o aparecimento do caminhão na região na década de 1940:

[...] os ‘safristas’ locais passaram eles próprios a engordar totalmente os suínos, que eram então transportados a União da Vitória e mesmo a Joaçaba, em caminhões de comerciantes locais – alguns dos quais já eram descendentes de imigrantes – ou de fora, ou então fretados pelos frigoríficos Saporiti de União da Vitória. Nessa cidade os suínos além de serem industrializados, eram embarcados na ferrovia para diversos frigoríficos (CORRÊA, 2014, p. 247-248).

A produção de suínos é uma atividade econômica em locais com densidades demográficas baixas. À medida que o fluxo migratório proveniente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, implementado durante o Estado Novo, estabilizava-se, tal atividade se deslocava para áreas mais distantes, ou seja, enquanto ia perdendo expressão nas proximidades de Pato Branco, ela se intensificava na região de fronteira com a Argentina.

Dessa forma, o processo de ocupação da frente pioneira⁴ levou à expulsão dos primeiros habitantes do território, direcionando-os, cada vez mais, para as regiões de mata concentradas nas proximidades com a República Argentina. Esse fato foi intensificado, quando os descendentes desses migrantes sulistas passaram a objetivar os domínios de terras nas suas proximidades. Para Boneti, os caboclos:

Pelo seu caráter nômade, mantinham um sistema de propriedade rudimentar [...]. Esse aspecto fazia com que os caboclos fossem denominados, pelos migrantes, como 'fazedores de posses'. Isso porque, segundo os migrantes, eles definiam a posse apenas instituindo limites de propriedade, construíam uma infra-estrutura mínima e precária, depois a vendiam e continuava a caminhada mais para dentro da mata [...]. A chegada das relações mercantilistas de produção sempre representou um fator de expulsão dos caboclos de sua região (BONETI, 1998, p. 99).

De acordo com Rippel (2012), o indígena e o caboclo não tinham o título de propriedade privada, ocuparam as "terras de ninguém". Grande parte da historiografia regional não levou em consideração que a relação que estes povos mantinham com a terra não compatibilizava com o viés mercadológico do migrante descendente de europeu da frente pioneira. Nesse sentido, é conveniente registrar que a racionalidade econômica dos caboclos na região Sudoeste do Paraná distinguia-se muito da concepção econômica do migrante descendente de europeu, fator que se levou para a sua exclusão social. Especialmente, porque os "migrantes, normalmente de origem europeia, imbuídos de uma racionalidade utilitarista, tinham como meta a acumulação e a consolidação da propriedade privada" (BONETI, 1998, p. 92).

[...] as práticas com relação à terra e do encontro colono-caboclo somam-se a outros elementos para a nossa compreensão da relação desses sujeitos com o espaço colonial. O caboclo mantinha outra relação com a terra. Não era um sedentário completo. Ele mantinha uma relação sempre provisória com a terra que ocupava. Estabelecia através de suas necessidades um movimento de constante, mesmo que intermitente de remigração. (PASSOS, 2009, p. 28).

Se o caboclo não tinha propriedade ou regime parcelar da terra, para ele, fixar-se numa determinada área seria aceitar uma queda na produtividade de seu trabalho, quando nenhum tipo de pressão obrigava-o a tal. Segundo Abramovay (1981), enquanto tivesse a mata pela frente, seria economicamente inviável que o caboclo deixasse de cultivar na floresta virgem, pois a quantidade de terras

⁴A "concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos [...]. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao lado das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas". (MARTINS, 2009, p. 135-136).

disponíveis era suficientemente grande e a população suficientemente reduzida, para que ele seguisse sempre em busca de novas terras após um ou dois anos da abertura de uma clareira. O fato é que a população cabocla, paulatinamente, ocupou toda a região Sudoeste paranaense e, na medida:

[...] em que chegavam os primeiros colonos, os ‘caboclos’ iam vendendo suas ‘posses’ e penetrando para as áreas mais remotas, onde escolhiam um lugar isolado para criar porcos. De certa forma eles prepararam o ‘caminho para o afluxo de povoadores que por aí ocorriam’, pois a ‘posse’ que vendiam já estavam desmatadas e queimadas, prontas para serem cultivadas pelos novos povoadores (CORRÊA, 2014, p. 243).

Se, por um lado, as atividades e a vida da população cabocla inicialmente eram pautadas por uma forte dependência em relação à economia da erva-mate e numa segunda etapa a subordinação se deu em relação à atividade da suinocultura; por outro lado, outras atividades fizeram parte da economia e da vida da população cabocla regional. Pois, além da cultura de subsistência exercida como na roça e na pesca, pode-se destacar principalmente “[...] a caça de animais, abundantes na mata, nas ‘costas’ dos rios – porcos do mato, veados, antas e onças – com a finalidade de obtenção de couros e peles” (CORRÊA, 2014, p. 249).

3.3 CRIAÇÃO DE MUARES E AS REDES DE COMERCIALIZAÇÃO CABOCLA

Devido ao fato das redes de comercialização na região Sudoeste do Paraná serem realizadas desde o século XIX, “[...] em tropas de burros, a cavalo e em carroças, seguindo estreitas picadas abertas na mata, a criação de muares e cavalos foi outra atividade de certa importância nas áreas de ocupação mais antiga, como ocorreu nem Vitorino, Santo Antônio do Sudoeste e Chopinzinho” (CORRÊA, 2014, p. 250).

Esses animais eram vendidos para compradores de Guarapuava que realizavam o papel de intermediários, revendendo-os nas fazendas de café de São Paulo, pois, em meados do século XIX, a expansão da cafeicultura está em plena expansão no Brasil. Dessa forma, mais uma vez, percebemos as redes de comercialização da região com outros centros de externos e intermediários. E, para finalizar, as atividades da população cabocla na região Sudoeste são uma pequena criação de bovinos e eram praticadas geralmente em terras arrendadas dos fazendeiros.

4 ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA DE OCUPAÇÃO OFICIAL NA FAIXA DE FRONTEIRA: OCUPAR PARA CIVILIZAR E CIVILIZAR PARA PROTEGER

No início do século XX, a geopolítica brasileira foi fortemente influenciada pelas concepções do determinismo geográfico alemão de Ratzel, que compreendia o Estado como um organismo biológico com necessidade de crescimento. Acreditamos que tal pensamento influenciou sobremaneira os ideólogos da “ocupação oficial” do Sudoeste do Paraná, segundo Miyamoto, a:

Influência de Ratzel é visível em todos eles, mas nem sempre as concepções de espaço, posição e poder daquele autor são interpretadas à mesma luz pelos estudiosos nacionais. A utilização desses elementos, porém, é fato perfeitamente compreensível, porque o país, situando-se entre os maiores possuidores de massas terrestres necessariamente teria

que ver seu espaço e sua posição geográfica considerados por quem quer se dispusesse a estudá-lo, independentemente de ter ou não lido Ratzel ou Mackinder (MIYAMOTO, 1995, p. 46).

Como visto anteriormente, a racionalidade econômica e de apropriação da terra por parte do indígena e do caboclo diferencia-se dos migrantes sulistas. Segundo Rippel (2012), por esses atores sociais não se prenderem por muito tempo num mesmo espaço geográfico, não tinham preocupações com os limites territoriais instituídos entre as nações, causando, portanto, preocupação ao Estado centralizador Varguista.

A partir de 1930, a posição geográfica do Sudoeste paranaense tem importância estratégica do ponto de vista da “Segurança Nacional”, pois abrange uma área de fronteira com a Argentina e tem proximidade com o Paraguai (ZATTA, 2009). Por se tratar de uma região fronteiriça, o Estado brasileiro organizou uma estratégia interna de ocupação das áreas consideradas importantes para a Segurança Nacional. Essa estratégia incidia em deslocar migrantes de descendência europeia, pois além de fixar a população, aumentava a densidade demográfica e, dessa forma, mantinham um marco vivo na faixa de fronteira. De acordo com Rippel (2012, p. 36), se:

[...] por um lado o Estado ocupava internamente a área, por outro, fazia a defesa externa, o avanço da “colonização” por isso, no Sudoeste do Paraná não se deu pelo sistema da monocultura latifundiária, a ocupação territorial, ocorreu através da pequena propriedade rural. Para o Estado Brasileiro, a baixa densidade demográfica nesta área de fronteira, poderia não cumprir uma função estratégica de defesa. Neste sentido, a ocupação interna da região nada mais é do que a defesa externa, papel este que os indígenas e os caboclos pelos seus aspectos culturais não cumpririam.

A preocupação com as áreas de fronteiras nacionais fica mais evidente, a partir de 1930, quando Getúlio Vargas ascende ao poder e institui um governo com característica centralizadora e, principalmente, de preocupação com as áreas de fronteira com baixa densidade demográfica. É nesse sentido, que o governo, durante o ápice da centralização política administrativa, vai criar uma política de marcha civilizacional para o Sudoeste do Paraná, considerada uma região de segurança nacional devido a sua proximidade com a Argentina. Dessa forma, foi deslocado para o Sudoeste um grande fluxo de migrantes sulistas a fim de fixarem-se e “civilizar” a região. Segundo Miyamoto, Backheuser, um dos precursores da geopolítica brasileira:

Foi influenciado pelas concepções geográficas ratzelianas de espaço e posição, que começou a pensar o território brasileiro. A extensão territorial do país preocupava-o, principalmente os riscos de desagregação a que estava sujeito em virtude da má divisão geográfica, acentuada pelas tendências regionalistas. Com a finalidade de mostrar esse perigo e combatê-lo, objetivando solidificar a unidade nacional, concentrou esforços, canalizando as discussões nessa direção (MIYAMOTO, 1995, p. 46).

Quando Vargas assume o poder em 1930, vários espaços não estavam sendo devidamente ocupados para a integração nacional, principalmente as fronteiras. O Sudoeste do Paraná era uma dessas regiões, portanto, se os geopolíticos da época eram influenciados por Ratzel, isso quer dizer que a criação da CANGO por Vargas e o incentivo do fluxo migratório para a região Sudoeste do

Paraná também foi influenciado pelo determinismo geográfico. De acordo com Zatta (2009, p. 30):

A posição geográfica do Sudoeste paranaense tem importância estratégica do ponto de vista de Segurança Nacional, pois abrange uma área de fronteira com dois países, divisa com a Argentina e proximidade com o Paraguai. Essa preocupação com segurança cresce de importância à medida que considerarmos tratar-se de fronteira seca, onde o marco divisório resume-se a estradas, propriedades particulares que, com facilidade, se não eficazmente vigiados e patrulhados, servirão de rotas de tráfico, contrabando e corredores de infiltração suscetíveis à invasão em caso de conflito internacional.

É evidente que a preocupação do governo federal em ocupar essa área o mais rápido possível está baseada na possível “superioridade” do migrante em relação ao caboclo e ao indígena que se encontravam no Sudoeste do Paraná, bem como num processo de branqueamento da população. Nesse sentido, compreendia o Estado que era preciso cultivar uma população sadia, disposta a ajudar no engrandecimento da nação, bem como fortalecer a unidade nacional, e o migrante proveniente de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul se encaixava perfeitamente nos anseios do Estado:

Neste contexto, desde o início do século XX, a extração de madeira e de erva mate contribuiu para a chegada de paraguaios e argentinos no local, o que forçou o Estado a fazer concessões de terras públicas a companhias colonizadoras. A operação denominada *Marcha para o Oeste*, de Getúlio Vargas, a partir dos anos de 1940, influenciou de forma efetiva na consolidação da colonização do Sudoeste paranaense (ALVES *et al.*, 2004, p.151).

Dessa forma, Pelo Decreto-lei nº 3059, de 14 de fevereiro de 1943, o governo federal criou a CANGO (LAZIER, 1998), com objetivo de fixar como proprietários, cidadãos aptos ao trabalho agrícola. No estado do Paraná, foram demarcados em torno de 300 milhões de hectares para destinar aos migrantes provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Mas, como a propriedade das terras da região estava *sub judice*, os habitantes não recebiam o título de proprietários, tornando-se, dessa forma, posseiros. Para Carneiro, a:

‘Marcha para Oeste’ constituiu-se na primeira política efetiva dos governos Federal e Estadual, no sentido de integração de novas áreas no processo de alargamento da fronteira econômica. Essa política conjunta tinha por objetivo o deslocamento espacial da força-de-trabalho para novas regiões férteis incrementando a agricultura extensiva com o intuito de iniciar o aumento da produção de alimentos para os centros urbanos do país, em grande expansão (CARNEIRO, 1981, p. 6-7).

Ainda no que se refere à ocupação do Sudoeste do Paraná, promovida pelo governo federal, Martins ressalta que, o:

Presidente Vargas em 12 de março de 1943, com o objetivo de promover a ocupação física da rica e extensa faixa de nossa fronteira, fixando nela, inicialmente, reservistas que haviam sido deslocados de seus afazeres rurais para prestação do serviço militar obrigatório e, posteriormente, outras famílias brasileiras que se comprometiam a observar as diretrizes

emanadas do Departamento Nacional de Produção Vegetal (MARTINS, 1986, p. 26).

Dessa forma, foi feita a distribuição de lotes de terras de maneira gratuita, principalmente a migrantes provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que se sentiram atraídos pela política de ocupação implantada pelo governo federal no Sudoeste paranaense. Contudo, as terras da região encontravam-se *sub judice* e o governo federal fornecia somente um documento de posse, transformando os colonos em posseiros, e não em proprietários. Tal situação desencadeou o estopim da Luta Social pela posse das terras, em 1957, e, posteriormente, para a legalização dessas terras com a criação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP⁵), em 19 de março de 1962.

4.1 A LUTA PELA POSSE DAS TERRAS E A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO SUDOESTE DO PARANÁ

O Sudoeste paranaense é uma região que tem uma longa trajetória de litígios tanto por interesses externos quanto por interesses internos, sendo uma área de conflito diplomático entre Brasil e Argentina, situação que perdurou até 1895, quando em definitivo passou a ser oficialmente território brasileiro. Terminada a disputa entre as duas nações pela região, os estados de Santa Catarina e do Paraná começam a divergir quanto aos seus limites, o episódio ficou conhecido como Guerra do Contestado⁶ (1912-1916).

Tudo leva a crer que o interesse desses dois estados em relação ao território “contestado”, diz respeito às arrecadações dos impostos, pois a Proclamação da República, em 1889, e o processo de descentralização administrativa do regime político e do novo governo levaram à instituição do direito do recolhimento de impostos nos estados da federação, portanto, a ampliação nas arrecadações levou ao acirramento da tensão entre os dois estados.

A disputa entre os estados foi, então, uma das causas da Guerra do Contestado. Várias expedições militares dos órgãos de coerção estadual e federal foram deflagradas para debelar e massacrar milhares de camponeses caboclos que lutavam pela posse da terra. Foi o primeiro emprego militar de aviões pelo exército brasileiro em um conflito. Embora muitos atribuam o movimento ao fanatismo religioso, ele foi uma consequência da forma como ocorreu a expropriação e a concentração fundiária no Brasil. Foi somente após esse conflito, em 20 de outubro de 1916, que os estados assinaram o acordo de limite.

A pessoa de José Rupp (1898–1962) é de grande importância para compreender as disputas judiciais pelo Sudoeste do Paraná, e ele entra em cena no início do século XX quando recebeu do governo catarinense autorização para explorar erva-mate e madeira do oeste de Santa Catarina. Por conseguinte, parte da área em questão era considerada devoluta, contudo, essas terras, por um Decreto Imperial, reafirmado pela República, pertenciam a Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (CEFSPRG), empresa responsável pela construção de

⁵ O GETSOP estava diretamente subordinado ao Gabinete Militar da Presidência da República, era um órgão militar do Ministério da Defesa.

⁶ Em uma região fronteiriça entre os estados de Santa Catarina e do Paraná, entre 1912 e 1916, ocorreu um dos maiores conflitos pela posse da terra no Brasil, envolvendo camponeses caboclos, e o poder estadual e federal. Foi um movimento inerente a falta de regulamentação da propriedade agrária no Brasil, embora muitos autores atribuam o movimento ao fanatismo religioso.

estradas ferroviárias brasileiras. Diante disso, demoraria aproximadamente um século para por fim ao litígio ou a legalização das terras do Sudoeste do Paraná.

A presença da Clevelândia Industrial Territorial Ltda.(CITLA) na região exerceu ligação direta com José Rupp, pois foi a partir da autorização cedida pelo governo catarinense para realizar a extração de erva-mate e madeira no planalto catarinense, que teve início a luta judicial com a CEFSPRG, pois essa alegava ser prejudicada em seus empreendimentos. Em 04 de junho de 1920, a CEFSPRG:

[...] ajuizou em Florianópolis, no Juízo Sencional, uma ação sumária de manutenção da posse de José Rupp e outros na área explorada pelo mesmo com embargo e apreensão de depósito de erva-mate já extraídas. Em outubro de 1920 foi feita a apreensão judicial. José Rupp apelou. A ação correu com os trânsitos legais e em 07.07.1925 foi reconhecida a posse de José Rupp nas terras em litígio, bem como da erva-mate e madeira apreendidas. A Cia, não se conformou, recorreu ao Supremo tribunal Federal. O maior órgão do Poder Judiciário, em decisão de 07.05.1938, confirmou a sentença em favor de José Rupp (LAZIER, 1998, p. 10).

As disputas judiciais entre José Rupp e a CEFSPRG estenderam-se por aproximadamente 18 anos. Embora Rupp tenha saído vitorioso na justiça, sentiu-se prejudicado pela suspensão de suas atividades ao longo da disputa judicial. Em vista disso, “entrou novamente na justiça para fixação do *quantum* a que tinha direito pelos prejuízos a ele causados. Em 1945, a justiça avaliou seus prejuízos em Cr\$ 4.720.000,00⁷, mais os juros de mora e as despesas judiciárias” (WACHOWICZ, 1987, p. 149).

Porém, a partir de 1930 e principalmente a partir de 1937, com a centralização política de Getúlio Vargas, os bens da CEFSPRG foram incorporados ao patrimônio da União, pois o governo federal alegava que a companhia não havia cumprido todas as cláusulas contratuais nas construções das ferrovias. Dessa forma, o encargo das dívidas ficaria sob a responsabilidade do Poder Público Federal. Apesar de José Rupp lutar de múltiplas maneiras para receber a indenização instituída pela justiça, suas propostas eram sempre indeferidas por parte da União, uma vez que, o próprio governo federal tinha interesse na área.

Em 26 de julho de 1950, Rupp vendeu seu suposto crédito, portanto, a partir dessa data, o governo federal pagaria a indenização à companhia e não mais a José Rupp. É importante frisar que o interesse da companhia na região estava mais vinculado à extração de madeira dos pinhais e à mata de araucária (WACHOWICZ, 1987, p. 156-157). Estabelecer uma colonização sulista ficava em segundo plano para a companhia.

Moisés Lupion (1908-1991), supostamente um dos sócios da referida companhia, durante o seu primeiro mandato como governador do estado do Paraná, facilitaria a atuação da CITLA na região. A maioria dos autores analisados, que tratam a questão do favorecimento por parte do governo do estado para com a CITLA, assinalam uma forte relação entre o governador e a empresa. No entanto, no campo da pesquisa histórica, não se apresentam, até o momento, subsídios que confirmem o grau dessa afinidade. Contudo, um fator que chama a atenção é que

⁷ Em valores atuais esses recursos representariam R\$ 10.593.010,18 de acordo com o deflator disponibilizado pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) do Rio grande do Sul. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

Moisés Lupion, sendo um dos supostos acionistas da companhia apontada de ser a culpada pelos conflitos sociais na região, conquistou a superioridade dos votos nas eleições para o governo estadual, em 1956, ano anterior à luta social de 1957.

O vínculo entre a CITLA e o PSD influenciou decisivamente para a grande vitória da legenda, nas eleições de 1956. O PTB, e a UDN foram derrotados em Francisco Beltrão e nos municípios vizinhos, derrota que mobilizou oposição contra o domínio pessedista. A partir disto, uma nova estratégia da oposição passou a ser montada pelo PTB com o auxílio, em âmbito federal, na União Democrática Nacional e com a leniência de setores do PSD. (LEITE JUNIOR; ESCABEDO, 2006, p. 161).

Os autores acima mencionados afirmam que a vitória eleitoral, em 1956, fez aumentar a organização da oposição regional, que incentivou a pressão política contra o governador na região Sudoeste do Paraná, atribuindo-lhe culpa pelas tensões sociais que resultaram na luta social. Apesar de a CITLA tentar de várias formas obter êxitos judiciais nas possessões da Gleba Missões, que abrangia a maior parte do atual Sudoeste do Paraná, as decisões dos tribunais não foram favoráveis a companhia. Diante disso, a mesma utilizou o método da grilagem⁸ de terras para atuar na região.

Foi a partir da coação aos posseiros que a CITLA atuou no Sudoeste (LAZIER 1998). Para Wachowicz (1987, p. 166), eram “milhares de colonos posseiros de um lado e os interesses do capital do outro. Observou-se que o início do apelo para a violência não partiu dos colonos, foram os próprios grupos econômicos que apelaram para a violência”. De acordo com Rippel (2012), através das fontes e bibliografias disponíveis, não se pode confirmar se existiu tanta violência por parte da CITLA contra os posseiros como muito se escuta nas conversas informais. Porém, com tantos interesses divergentes, pode-se relativizar que a violência começou a intensificar-se quando os ânimos tanto dos emissários da companhia quanto dos posseiros passaram a ficar cada vez mais tensos.

A CITLA, mesmo não tendo direito jurídico sobre as terras no Sudoeste do Paraná, mantinha escritório em pleno funcionamento na região, mais precisamente em Francisco Beltrão, e na região da fronteira com a Argentina, na cidade de Santo Antônio do Sudoeste. A companhia, segundo Gomes, “usou de todos os meios para provar que detinha documentação legal da terra” (CITLA, 1987, p. 53):

Assim como a CITLA, os posseiros também não tinham direito jurídico sobre as possessões de suas terras, pois, na ocasião da criação da CANGO, em 1943, estas terras estavam *sub judice*. Talvez a única diferença existente entre os posseiros e a CITLA, nesta questão da legalidade, é que a companhia sabia de sua ilegalidade, enquanto os posseiros, em sua grande maioria, não foram informados (RIPPEL, 2012, p. 45).

Diante das divergências de interesses, tentativas fracassadas de resolver o impasse, recorrendo às esferas municipais, estaduais e federais, os posseiros organizaram-se em torno da manutenção de suas propriedades. Assim, surgiram as condições que provocaram a revolta de outubro de 1957.

4.2 CONSOLIDAÇÃO DOS INTERESSES DOS POSSEIROS NA TITULAÇÃO DE

⁸ Apropriação indevida de terras públicas, através da falsificação de documentos de titularidade, uma prática comum na história do Brasil.

SUAS TERRAS

Inicialmente a luta entre os colonos/posseiros com as companhias, desencadeavam-se de forma isolada, porém, com o transcorrer do tempo, o viajante, uma espécie de comerciante ambulante, teve importância expressiva para eclosão da revolta de 1957, segundo Boneti (2009, p. 154):

A revolta dos colonos contra as companhias de terras foi nascendo aos poucos à medida que aumentavam as atrocidades cometidas pelos 'corretores'. No entanto, os colonos descobriam, aos poucos, a ilegalidade da transação a que estavam sendo submetidos e reagiam, de forma individual e esporádica, aumentando ainda mais o nível de conflito entre jagunços e colonos [...]. Os colonos não tinham muita clareza da possibilidade e da necessidade de uma luta comum. Essa clareza foi se construindo graças à contribuição dos viajantes. Estes eram comerciantes ambulantes que vendiam uma diversidade de objetos na casa dos colonos. Esse contato, hospedando-se durante as noites, informava-os da ilegalidade dos títulos de propriedades prometidos pelas companhias e os acontecimentos envolvendo essa temática.

Os colonos posseiros tomaram a cidade de Pato Branco na noite de 09 de outubro de 1957. Gomes afirma que uma:

Junta Deliberativa, composta de 26 pessoas, e uma Comissão Executiva, composta de cinco pessoas, três advogados, um médico e um agrimensor, que tomaria as decisões [...]. Organizaram-se grupos para guarnecer os pontos estratégicos da cidade: as principais vias de acesso, instituições públicas (GOMES, 1987, p. 91).

Os governos estadual e federal cederam às pressões dos posseiros instituindo a função de inspetor de polícia. Dessa forma, transferiram um "poder" de polícia transitório aos líderes do movimento, sendo que o Major Machado, representante do governador, nomeou Jácomo Trento e outros líderes como inspetores especiais de polícia. E "para comprovar aos colonos que a Polícia Militar estava com eles, determinou que Jácomo Trento e seu grupo, junto com policiais, fosse (sic) para o interior fechar os escritórios e prender os jagunços. No início o Major Machado foi junto" (GOMES, 1987, p. 93).

Em Francisco Beltrão, havia dois escritórios das companhias imobiliárias (Comercial e CITLA), portanto, a situação diferenciava-se das de Pato Branco e da região de fronteira com Argentina, porém, a situação era mais calma do que outras regiões, já que, a presença "do quartel do Exército que fornecia certa sensação de segurança pública ao patrulhar a cidade até a madrugada no dia da Luta Social" (RIPPEL, 2012, p. 55). No dia 11 de outubro de 1957, "começou a depredação dos escritórios das companhias. Tudo foi jogado para a rua, principalmente as notas promissórias. Foi um acontecimento marcante e uma grande festa para os colonos" (LAZIER, 1998, p. 59).

Mesmo com a finalização da luta pela posse da terra, em outubro de 1957, os interesses dos posseiros ainda não estavam consolidados, tendo em vista que os títulos da posse ainda não haviam se concretizado, pois era uma região *sub judice*, ou seja, a propriedade privada legal das terras não estava efetivada. É nesse sentido que as lideranças locais irão se mobilizar para tentar o comprometimento dos candidatos à Presidência da República de 1960, a "campanha eleitoral do ano

de 1960 para eleição do Presidente da República foi um momento de negociação política na tentativa de comprometer os candidatos com a situação vivida pelos posseiros e pela região como um todo” (POLI, 2009, p. 126). Dentre os candidatos, o único que se comprometeu a resolver a questão foi Jânio Quadros, da coligação PTN-PDC-UDN-PR-PL, o feito angariou muitos votos na região⁹.

Eleito em 1961, o presidente Jânio Quadros (1917-1992) desapropriou em torno de 500 milhões de hectares de terra, atendendo, assim, as reivindicações dos posseiros. Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 1962, o sucessor João Goulart articulou um acordo entre o estado e a União, em que ambos renunciaram as suas pretensões de posse das terras. Em 1962, o presidente João Goulart (1919-1976), com o Decreto 51.431, de 19 de março de 1962, criou o GETSOP, organismo proposto para transformar os posseiros em proprietários. O GETSOP, que estava subordinado diretamente ao Gabinete Militar da Presidência da República, tinha a missão de medir, demarcar e dividir os lotes; respeitando a posse e a decisão dos posseiros.¹⁰ Por conseguinte:

Estes traços peculiares ao processo de colonização do Sudoeste paranaense produziram uma tessitura territorial que provocou desdobramentos, entre outras coisas, na configuração fundiária. A constituição do território é produto e condição dos processos socioespaciais. (ALVES *et al.*, 2004, p. 157).

No entanto, a luta pela terra não se esgota em 1957 e com a legitimação finalizada com os trabalhos da GETSOP, pois, partir da segunda geração do fluxo migratório sulista há um aumento populacional e por consequência a demanda por terras. Nesse sentido, alguns irão migrar para a região Centro-Oeste e outros irão contribuir na construção do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), e continuar a luta pelo acesso à terra. Portanto, foi através da luta pelo acesso a terra que o Sudoeste apresenta a atual estrutura fundiária.

Em 1969, 92,8% dos estabelecimentos do Sudoeste paranaense estavam no estrato de 0 a 50 hectares, correspondendo assim, a 60,5% de toda área ocupada na mesorregião. Já no estrato de 51 a 1.000 hectares existia 7,2% dos estabelecimentos correspondendo uma área ocupada de 28,9%, e no estrato acima de 1001 hectares correspondia a 30 estabelecimentos com 10,6% do total da área ocupada no Sudoeste do Paraná (ALVES *et al.*, 2004, p. 157). Segundo Feres *apud* Alves (2004), em 1969, o número de estabelecimentos rurais no Sudoeste do Paraná era de 43.648. Na tabela 01, podem-se evidenciar os dados da estrutura fundiária de 2006 na região.

Tabela 1 - Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha) no Sudoeste do Paraná, 2006.

Grupos de área total (ha)	Número de estabelecimentos
De 1 a menos de 2	1.061
De 2 a menos de 3	1.465
De 3 a menos de 4	1.635

⁹ Com a promessa feita por Jânio Quadros, as lideranças locais, apesar de não serem do mesmo partido, apoiaram-no na campanha presidencial de 1960. Cabe salientar que o General Lott, do mesmo partido do prefeito de Francisco Beltrão, não se comprometeu na resolução do problema, perdendo o apoio político local.

¹⁰ Para cumprir esta função, o Gabinete Militar enviou distintos efetivos militares para a região, onde, durante o período, ficaram estabelecidos em bases militares na cidade de Francisco Beltrão, a 3ª Companhia de Infantaria, a 2ª Divisão de Levantamento e o 5º Batalhão de Engenharia.

De 4 a menos de 5	2.400
De 5 a menos de 10	7.883
De 10 a menos de 20	10.531
De 20 a menos de 50	7.444
De 50 a menos de 100	2.014
De 100 a menos de 200	730
De 200 a menos de 500	368
De 500 a menos de 1000	69
De 1000 a menos de 2500	16
Mais de 2500	5
Total	37.322

Fonte: IBGE - Censo agropecuário 2006.

Percebemos que os números de estabelecimentos rurais até 100 hectares correspondem a mais de 92% deles, isso demonstra a forte presença do minifúndio devido ao processo de colonização concretizado na região. Porém, outro dado que chama a atenção relaciona-se ao número de estabelecimentos de 5 a 50 hectares, correspondendo a 44% de todos os estabelecimentos rurais no Sudoeste do Paraná, e os de 1 a 5 hectares, que totalizam 6561, 17% dos estabelecimentos. Portanto, mais de 60% dos estabelecimentos rurais no Sudoeste do Paraná têm menos de 50 hectares. Embora existam algumas grandes propriedades, a estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná é marcada pela forte presença da pequena propriedade rural.

De acordo com os dados expostos na tabela 01, percebemos que em 2006 existia um total de 37.322 propriedades rurais no Sudoeste paranaense, ou seja, uma diminuição de 6.326 estabelecimentos, ou seja, 12% do número das propriedades em relação a 1969. Tudo indica que a diminuição do número dos estabelecimentos rurais no Sudoeste do Paraná nas últimas décadas, resulta da modernização do campo e do êxodo rural que a partir de 1980 se intensificou na região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo, fez-se uma análise sobre o processo histórico e geográfico de ocupação do Sudoeste do Paraná, com intuito de compreender a atual estrutura fundiária e a organização produtiva da região. Nesse sentido, foi realizada uma análise acerca da ocupação considerada extensiva até meados do século XX com a presença dos indígenas e principalmente caboclos e suas redes de comercialização.

Sendo assim, procurou-se também problematizar a importância dos indígenas e caboclos na constituição do Sudoeste do Paraná, embora houvesse um esforço generalizado por parte da história oficial no silenciamento da memória desses povos, foram eles que iniciaram a ocupação e a constituição das redes de comercialização na região.

Após isso se realizou uma análise da ocupação considerada intensiva a partir da metade do século XX com o fluxo migratório promovido pelo Governo Federal com a criação da CANGO em 1943. Acredita-se que a ocupação conduzida pelo Estado Novo getulista foi uma forma estratégica geopolítica de defesa nacional, assim como promover um processo “civilizacional” eurocêntrico na região.

Esse processo de ocupação dirigido pelo governo Vargas, resultou numa disputa dessas terras entre posseiros e companhias imobiliárias, uma vez que as mesmas estavam sub judice. O resultado da referida disputa foi a consolidação dos

interesses dos posseiros com a legalização das terras pela GETSOP em 1963 e a atual estrutura fundiária da região predominantemente pautada pela pequena propriedade rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense**. São Paulo, 2013. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

ALVES, Adilson Francelino et al. Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e indicadores da modernização agrícola. In: RIBAS, Alexandre Domingos; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurelio (Org.). **Território e desenvolvimento diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 149-170.

BONETI, Lindomar Wessler. A exclusão social dos caboclos do Sudoeste do Paraná. In: ZARTH, Paulo. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998. p. 81-119.

_____. Organização e luta camponesa no Sudoeste do Paraná. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. **Forma de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**, vol. 2: Concepções de justiça resistência nas repúblicas do passado (1920-1960). São Paulo: Ed. da UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento agrário, NEAD, 2009, p. 143–157.

CARNEIRO, Maria Esperança. **A revolta camponesa de Formoso e Trombas**. Goiânia: Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura. Convênio CPDA/EIAP/FGV/Fundação FORD, 1981.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, 304 p.

GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar, 1987.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terras no Sudoeste paranaense**. Francisco Beltrão: Grafite, 1998.

LEITE JUNIOR, Hor-Meyll Teixeira; ESCABEDO, Marcel Luiz. Moysés. **Lupion: Civilizador do Paraná**, Volume II. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: índios, caboclos, nativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 217-275.

MARTINS, Rubens da Silva. **Entre jagunços e posseiros**. Curitiba: [s.n.], 1986.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papiros, 1995.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Os períodos das migrações**: territórios e identidades em Francisco Beltrão/Pr. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2009.

_____. Os caboclos no Sudoeste do Paraná: de uma “sociedade autárquica” a um grupo social excluído – **Revista Eletrônica História em Reflexão**. v. 2, n. 3. História Cultural, 2008.

PASSOS, A. A. **História de sangue e dor**: crimes passionais no Sudoeste do Paraná (1909-1939). 2009. 139 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Vozes, 1982.

RIPPEL, Leomar. **Os atores e as redes de desenvolvimento rural no processo produtivo do leite no Sudoeste do Paraná**. 2016. 178f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

_____. **A mobilização política do discurso do “herói” pioneiro da luta social de 1957 no Sudoeste do Paraná**. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em História Regional)-Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2012.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização. 2. ed. Curitiba: Vecentina, 1987.

ZATTA, Ronaldo. **Sentinelas do Sudoeste**: o Exército brasileiro na fronteira paranaense. 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Regional)-Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2009.